

Vai ter estudante trans nas escolas, sim! Mas primeiro, vamos (des)construir o normativo

Fernando Guimarães Oliveira da Silva¹

Eliane Rose Maio²

Resumo: Este ensaio está focado numa revisão sistemática de literatura que objetiva apontar o convívio de estudantes trans com as normas convencionais das escolas no que se refere ao gênero e à sexualidade. Elege-se o referencial foucaultiano para problematizar os regimes de verdades instituídos sobre a infâmia e a anormalidade que se efetivam em discursos e práticas escolares. Exploram-se também os recursos analíticos dos estudos culturais para oportunizar uma leitura sobre como são constituídas (ou como as pessoas buscam constituir) as identidades trans. As considerações deste trabalho centram-se nas intersecções entre uma proposta escolar convencional e as necessidades identitárias que as estudantes trans promovem na rotina e em práticas escolares.

Palavras-chave: escola normativa, travestis, identidades

Will have trans student in school, yes!

But first, let's (de) construct the normative

Abstract: This essay is focused on a systematic review of literature aimed at pointing the conviviality of trans students with conventional standards of schools, with regard to gender and sexuality. Elect Michel Foucault studies as a theoretical framework for the questioning of the established truths about schemes to infamy and the abnormality that effect resource in speeches and school practices. Explore the analytical resources cultural studies to provide a reading on how they are formed (or as individuals seek to be) the trans identities. The considerations of this paper focus on the intersections between a conventional school proposal and the needs of identity that the trans students promote routine and school practices.

Keywords: standard school trans, identities

¹ Doutorando em educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM/PR. Professor das Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS e Coordenador do CRAS na Prefeitura Municipal de Ilha Solteira/SP. Integra o Núcleo de pesquisa em diversidade sexual - NUDISEX.

² Pós Doutora e Doutora em educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP/Araraquara. Professora do Programa de Pós graduação em educação da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Textura	Canoas	v. 19 n.39	p. 179-200	jan./abr. 2017
---------	--------	------------	------------	----------------

INTRODUÇÃO

A realização deste ensaio parte de problematizações eleitas durante leituras contextuais acerca das estudantes trans nas escolas. De início, convém pontuar o que se entende por estudantes trans: podem ser designadas assim as mulheres transgêneros, incluindo as travestis e as transexuais. No entanto, no presente trabalho busca-se compreender instâncias situadas no terreno de práticas e representações relacionadas às travestis e, por isso, utilizar-se-ão estudos que tratam sobre travestilidades e que serão discutidos, sobretudo, no decorrer deste texto.

As dificuldades enfrentadas por elas nos estudos levantados para analisá-las provêm de barreiras existentes nas famílias, nas escolas e no que diz respeito à cidadania delas. A compreensão de um tema complexo como esse perpassa reflexões acerca de corporalidades trans que fogem do alinhamento normativo que percebe como os correspondentes sexo e comportamentos encontram-se padronizados para homens e mulheres.

Isso repercute nas práticas de homo e transfobia³ que atravessam ações, palavras, comportamentos de profissionais e estudantes através da rejeição experimentada no interior das famílias, na estagnação da sexualidade associada à genitália dos indivíduos, na impossibilidade de subversão da identidade fixa e etc. Desse modo, torna-se cada vez mais urgente escutar as vozes que enredam histórias de indivíduos trans que protagonizam contextos hostis que caracterizam (des)privilégios.

Diante disso, acredita-se bastante oportuno refletir sobre a construção da identidade e da sexualidade de estudantes trans nos contextos relacionais que desenvolvem com o Outro no ambiente escolar. Estas relações entre as estudantes trans e os Outros (comunidade escolar) representam aquilo que Foucault (2008) na *Arqueologia do Saber* designou como **acontecimento**. Acontecimento este que é representado pela materialidade finita de enunciados que não “[...] busca[m] a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (FOUCAULT, 2008, p. 31). Nesse sentido, busca-se a partir

³ Entende-se por homofobia e transfobia “o medo, o nojo e/ou aversão” no primeiro caso direcionado a homossexuais e, no segundo, às pessoas trans, conforme assinala Peres (2010, p. 62).

dessa interação problematizar discursos que circunscrevem uma espécie de anormalidade e situam mulheres trans nos terrenos da infâmia.

Para isso, utilizar-se-á o conceito de identidade cunhado nos sentidos construídos na perspectiva dos estudos culturais representado assim pelo pensamento de Stuart Hall (2006) e Tomaz Tadeu da Silva (2005) enquanto descentrada, desarticulada, instável e, principalmente, impossível de ser determinada por alguma característica fixa. Pretende-se, portanto, através da revisão sistemática de literatura, analisar a destituição do padrão feminino e masculino materializados nas imagens que as travestis constroem de si. Essa representação de si oportuniza (des) construir a heterossexualização e as verdades convencionais produzidas acerca da sexualidade que insistem em instituir padrões naturalizadores sobre o sexo.

Para situar o leitor a respeito das formas de identificação de mulheres trans parte-se da ideia de Peres (2010, p. 59) que assim as definem como:

[...] as travestis como pessoas que se identificam com a imagem e o estilo do gênero feminino, se apropriando de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, sejam por meio da ingestão de hormônios, ou da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses; as transexuais são pessoas com demandas de cirurgias de mudança de sexo e de identidade civil, de modo a adequar sua genitália a sua identidade de gênero, demandas pelas quais não encontramos nas reivindicações emancipatórias das travestis que não se incomodam com seus órgãos genitais de origem [...]

Cabe situar, neste contexto, que tanto gênero quanto a sexualidade não podem ser percebidos como se estivessem situados fora das relações de poder. Nesse movimento entre o masculino e o feminino em que se produzem identidades trans sinalizamos a relevância do discurso em processos turbulentos de subjetivação articuladas com a percepção dos Outros sobre as travestilidades. Diante disso, partimos da ideia de que a sexualidade não foi silenciada pelas práticas escolares, como bem assinala Foucault (1988, p. 31-32)

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores.

Afirmando que, ao invés de ser silenciada, a sexualidade é frequentemente colocada em discurso ilustra-se a seguir um percurso que problematiza como se relacionam identidades normativas com “[...] a possibilidade de novas criações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos [...]” (HALL, 2006, p. 17-18) em ambiente escolar.

SIGNIFICADOS SOBRE A INFÂNCIA E A ANORMALIDADE

No contexto analítico da perspectiva foucaultiana destacam-se a relevância da percepção do autor para produções que investigam como os sujeitos se constituem nas relações que estabelecem entre si através de relações mediadas pelas diversas instituições responsáveis por ditar, por meio do discurso, regras, ideias e estatutos de verdades, dentre outras ações que se concretizam em práticas sociais. A partir de tal preocupação cabe indagar como os saberes que se manifestam nestes espaços foram se instituindo como verdades e atravessaram os processos de subjetivação. Pode-se indagar, por exemplo, como surgiu um enunciado e não outro em seu lugar? Como os corpos se condicionam às verdades contidas nos já-ditos? Por que alguns corpos não são considerados na significação que fazem de si?

Por intermédio dessas indagações Foucault (2005) dizia que as principais respostas encontram-se nos corpos dos sujeitos. Em *Vigiar e Punir*, por exemplo, Foucault (2005) apontou que no corpo é possível reconhecer a hegemonia de um modo de vestir e através de movimentos, expressões corporais, atitudes etc. que demarcam um contexto social de sujeição (limitações, proibições e obrigações, por exemplo).

Mais que contidas em ações de vigiar e punir verifica-se que o discurso é um campo de análise relevante para se compreender como se instituem modos de disciplinar o reconhecimento de atitudes, de gestos e de representações capazes de controlar o comportamento das pessoas. Há que se ressaltar que a unidade de um discurso pode advir de um enunciado, porque ele “[...] é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008, p. 31). Diante disso, entendendo a sexualidade como um acontecimento é preciso investigar o jogo de relações (FOUCAULT, 2008) que o enunciado desempenha na instituição da heterossexualidade como o princípio de determinação do sistema biológico à prática sexual.

Como menciona Foucault (2008) por estarem situadas em um jogo de relações é impossível descrever todas as instâncias particulares existentes no

domínio do discurso que se pretende analisar. Com isso o autor sugere que o recorte do domínio eleito para estabelecer as relações necessárias partirá assim: “[...] empiricamente, escolher um domínio em que as relações corram o risco de ser numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever: e em que outra região os acontecimentos discursivos parecem estar mais ligados uns aos outros [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 33). Outrossim, também pontua que este primeiro exercício de relações não pode estabelecer o domínio eleito como definitivo e absoluto, pois “[...] trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir o aparecimento de relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço” (FOUCAULT, 2008, p. 34).

Com base nisso, a partir da definição de normas que predispõem papéis nos corpos, podemos observar que os discursos midiático, jurídico e médico instituem modelos que inscrevem práticas como pertencentes ao corpo do homem e da mulher. Neste contexto, estudiosos que têm Foucault como ferramenta inspiradora entendem que

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 1997, p. 21).

Neste contexto, as representações sobre o masculino e feminino em nossa sociedade se regularizam nos discursos que circulam e são reconhecidos como verdadeiros. Esses sentidos fazem parte da formação que as famílias e escolas oferecem às crianças e aos adolescentes (estudantes) definindo no corpo uma série de regras e normas estagnadas como metas a serem alcançadas. Explora-se com isso o imaginário criado de que o corpo tem de se assujeitar ao que é dito porque “[...] os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2008, p. 36).

Antes de definir o domínio e simplificá-lo a uma única resposta sobre o fato de que a heterossexualidade é hegemônica tem-se a necessidade observar valorações circunscritas em relações a partir de discursos socialmente instituídos e aceitos. Sendo assim pode-se perceber o corpo como o critério determinante das práticas de sexualidades e de gênero (LOURO, 1997). Assim, os diferentes discursos que permeiam a heterossexualidade, dispersos no tempo e no espaço, são pertinentes à sexualidade, uma vez que o sistema

biológico foi determinando as unidades de discurso relativas à sedimentação das desigualdades que foram se edificando nas relações entre os gêneros. No entanto, Foucault (1988, p. 116-117) dizia que o discurso de sexualidade não pode ser concebido como dado da natureza.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Dito desse modo encontramos em Foucault outro enunciado para o jogo de relações do discurso biológico que tem a construção social da sexualidade como recurso de desconstrução da norma. Nesse aspecto, a produção das sexualidades que se entrecruzam no cenário social compondo os enunciados do discurso de sexualidade insere-se em uma formação discursiva porque é possível descrever a regularidade de um "[...] sistema de dispersão e, no caso em que, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) [...]" (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Entretanto, o discurso de uma “heterossexualidade compulsória” (RICH, 2010, p. 19) veio formatando-se em práticas e representações, histórica e culturalmente materializadas em atitudes que orientam homens e mulheres bem como o domínio simbólico do masculino sobre o feminino. Isso ocorre, de acordo com Foucault (2004), porque o controle da sociedade sobre os sujeitos não se opera pela consciência, mas começa no corpo. Entende-se com isso que a produção de verdade reside na capacidade de articulação entre poder e saber visto que esses discursos são acolhidos como verdadeiros e deve-se “[...] considerá-los como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma função negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Nota-se que o discurso sobre a sexualidade incursionam um enunciado calcado de normatividades que incutem a necessidade de os corpos respeitarem regras de sujeição para se dizer e subjetivar-se “legitimamente” (BUTLER, 2003). No momento em que os sujeitos que não compõem estas normatividades comparecem no cenário social, pode-se observar que a produção do discurso sobre sua existência tem fragmentos da realidade do qual

faz parte. Assim, a partir do fato de produzirem-se discursos sobre sujeitos que destoam do padrão de heterossexualidade, quer mapeado de representações positivas ou negativas sobre eles, o contato que fazem com o poder as torna menos importantes para a sociedade, produzindo assim, o corpo infame.

O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido (FOUCAULT, 2003, p. 203).

O estudo de Foucault (2003, p. 203) sobre a infâmia partiu do momento em que algumas existências consideradas sem significado para o poder cruzaram com ele. Assim, sobre estas existências ele menciona que “[...] só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele”. Ao escrever seu texto *A vida dos homens infames*, Foucault (2003) permitiu-se suspender todos os discursos de efetivação do poder e investigar vozes de sujeitos excluídos e o que produziram no choque que tiveram com o poder inspirando-se nas “[...] vidas ínfimas que se tornaram cinzas nas poucas frases que as abateram”.

Logo, a infâmia é entendida pelo olhar das distantes formas de contrariar o discurso daquilo que torna os homens respeitosos, ou seja, o respeito às regras e às normas sociais, visto que “[...] os pobres espíritos perdidos pelos caminhos desconhecidos, estes são infames com a máxima exatidão; eles não mais existem senão por meio das poucas palavras terríveis que eram destinadas a torná-los indignos para sempre da memória dos homens” (FOUCAULT, 2003, p. 212). Dito assim acredita-se que existe a produção de identidades calcadas na norma e de identidades subversivas na medida em que a dispersão histórica dos acontecimentos impõe características que classificam o infame analisado. Supõe-se, portanto, a partir de Butler (1993) e Louro (2010), a partir da existência dos discursos de normatividade heterossexual, que existem normas regulatórias que dão sustentação à heternormatividade.

Uma vez que se espera que todos sejam (ou devam ser) heterossexuais, segue-se que as instituições e os sistemas de

saúde ou de educação, a justiça ou mesmo a mídia são construídos, basicamente, à imagem e semelhança desses sujeitos. Como todo processo normativo, a heteronormatividade é onipresente. Ela é, também, praticamente, invisível e, de certo modo, silenciosa. Ela é naturalizada (LOURO, 2010, p. 146)

Historicamente, percebe-se que a condição de infame das trans constitui o peso da representação identitária que guia o imaginário social delas como pessoas em desacordo com regras regulatórias calcadas na heteronormatividade, subversivas das principais condutas morais inscritas para a bipartição sexual que caracteriza as pessoas como macho ou fêmea. Dessa forma, a literatura produzida sobre as trans oferece o conhecimento de que elas desestabilizam o alinhamento sexo-gênero-sexualidade (LOURO, 1997) e, sendo assim, os processos de subjetivação de trans contribuem para a desconstrução das verdades reconhecidas pela heteronormatividade.

A partir do momento em que o sujeito inicia o processo identitário de reconhecimento de si enquanto trans o processo de estigmatização vivido refrata a formação identitária que permeia os imaginários sociais da infâmia inscrita no corpo delas. Certamente porque para Louro (2009, p. 91) os pais manifestam um processo de negação da ausência de masculinidade nos filhos porque “Em nossa cultura, esse movimento, ou seja, o processo de heteronormatividade parece ser exercido de modo mais intenso ou mais visível em relação ao gênero masculino”. Dessa maneira, se um menino inicia um processo de travestilidade, a formação identitária que o imaginário social fortaleceu sobre as travestis iniciará um tumulto de práticas responsáveis por mapear em seu corpo a infâmia.

O infame se situa em um grupo de pessoas que têm suas vidas “[...] mergulhadas em sua noite” (FOUCAULT, 2003, p. 209) porque o clarão que as abate não consegue trazer novos rumos para a reconstrução de si posto que a articulação que fazem com o poder aniquila quaisquer possibilidades de resignificação de si produzidas como reforço do discurso heteronormativo. Com efeito, analisando teorias sobre a gênese da homossexualidade, Souza Filho (2009, p. 95) diz que muitos tipos de pesquisas procuram causas específicas da homossexualidade. Assim, traz que

Não é desconhecido de ninguém que teorias e “pesquisas” de muitos tipos procuram causas (biológicas, psicológicas, sociais, “espirituais”) para a homossexualidade, deixando entender que os indivíduos concernidos na prática da homossexualidade – ditos homossexuais – têm qualquer coisa a menos (ou a mais)

que os outros (um gene, um pedaço do cérebro, hormônios, um instinto congênito ou adquirido etc.), são indivíduos que sofreram algum “desvio” ou “suspensão” no chamado “desenvolvimento sexual normal” ou “inversão quanto ao objeto sexual”.

As perspectivas que pairam nas explicações sobre a homossexualidade inferem um consenso de que a identidade homossexual se instaurou sob a ideia de que o determinismo biológico instituiu a sexualidade e, com isso, determinou os contornos da diferença e situou o infame ao que não se enquadrava nessa lógica.

Efetivamente, Souza Filho (2009, p. 102) pontua também que a direção dada pelo poder do conhecimento científico na determinação social da normalidade trouxe o “[...] desenvolvimento da ciência moderna com fins normativos que ganha lugar a importância dada à identificação da homossexualidade como fenômeno a serem averiguadas as causas”. Portanto, a construção do discurso de normalidade sexual encontra sua relevância na naturalização do corpo indicando o sujeito anormal como aquele que convive com o exercício de práticas “impuras”, “pecadoras” e com falhas (sic) no desenvolvimento sexual considerado normal.

Nota-se, em relação à história de pessoas infames, que Foucault (2010) ao analisar documentos sobre a loucura iniciou um processo de aferição de características ditas subversivas em relação ao que se acreditava ser normal no tempo e nos lugares analisados por ele. No contexto analítico dos documentos o autor narrou rastros enunciativos das imagens desses sujeitos loucos cuja tendência prevalecente consistia em caracterizar quais sujeitos seriam homossexuais considerando, por exemplo, traços femininos identificados no corpo dos homens definidos, naquele tempo e espaço dimensionados, como comportamentos característicos dos “anormais”.

Descrevendo estes sujeitos homossexuais como criminosos, até porque naquele tempo a homossexualidade era entendida como crime, os documentos vão explicitando a representação negativa que permeia a formação identitária que os sujeitos profissionais (médicos e juristas) têm sobre a homossexualidade. Pode-se perceber, a exemplo disso, ao analisar o relatório de sentença de um crime, que as características dos criminosos assinalam “[...] imoralidade, tendências, papéis de gênero, punição religiosa pelo vício, invertidos, indefinição de papéis sexuais, Sodoma e Gomorra” (FOUCAULT, 2010, p. 6).

Pode-se, assim, assinalar a formação identitária dos sujeitos criminosos mapeados de características que se instauram no estereótipo de homossexualidade. Primeiramente, porque nos fragmentos analisados no dizer “ímoral” pode ser notada a preocupação com a definição do que pode ou não ser situado para além da fronteira da normalidade e, por assim dizer, esse enunciado nos remete ao sentido de que a moralidade tem o sexo como fator de institucionalização a partir dos condicionais verificáveis: certo e errado. Consequentemente, o desrespeito do que é dito moral é um pecado, um vício, etc.

Além disso, nos dizeres “tendências” e “inversão”, acredita-se ocorrer a presença do discurso médico porque tais palavras diferem da polarização sexual entre o jogo performativo de relações entre os gêneros masculino e feminino de modo que a tendência do corpo seria sofrer alguma disfunção no desenvolvimento que ocasionaria a homossexualidade. Desse modo, os discursos instituídos como verdades pela instituição judiciária, de acordo com Foucault (2010), propiciam a qualificação dessa instituição no poder de julgar os infames e os anormais que cometessem crimes ou causassem a desordem social promovendo junto ao corpo social todas as formas de punir e corrigir os corpos daqueles considerados dissidentes das regras.

É possível encontrar a dinâmica de um poder que objetiva instaurar tecnologias políticas (dizeres, significados, estereótipos, visões de mundo) capazes de determinar o que o corpo deve fazer. Analisando o contexto da produção da infâmia no corpo das trans, acredita-se que o imprevisível disrespeito a: “Tal como numa viagem, pode ser instigante sair da rota fixada e experimentar as surpresas do incerto e do inesperado. Arriscar-se por caminhos não traçados. Viver perigosamente” (LOURO, 2008, p. 16).

Como proposto pela autora visualizar a dissipação das fronteiras entre as sexualidades se torna relevante num contexto em que os papéis sexuais culturalmente (re)produzidos e demarcações *a priori* dos sujeitos já não conseguem defini-los mais. Essa demarcação contemporânea dos sujeitos deslocada das características que o definiram por muito tempo convoca a academia e as instituições sociais a redefinirem as práticas sociais de delimitação das fronteiras entre o masculino e o feminino do corpo. A transgressão que as travestis fazem das identidades fixadas para o gênero e sexualidade “[...] parecem significativas por evidenciarem, mais do que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades” (LOURO, 2008, p. 23).

Ao aliar as perspectivas que tecem explicações sobre o infame e o anormal propõe-se uma reflexão que, considerando a produção de subjetividades trans, permite-nos problematizar se este contexto ainda permeia o caso de trans brasileiras. Uma vez que trouxemos a infâmia oportuniza-se assim construir uma leitura de que a realidade analisada por Foucault sobre essa questão não distancia muito do que se vivem as trans nos enfrentamentos vividos cotidianamente.

Pode ser notada essa associação entre trans, infâmia e anormalidade se analisarmos o quadro da transfobia no Brasil. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) destacou que, em 2015, enquanto a expectativa de vida do/a brasileiro/a girava em torno de 70 anos para as trans (travestis e transexuais) essa expectativa estava em 30 anos. Esse dado nos remete a diversos campos de análise, porém o que chama a atenção é o que o poder público faz (ou deixa de fazer) para reverter o quadro de transfobia presente em vidas de sujeitos que também dizem respeito (ou deveriam) da alçada dos direitos humanos.

Como alternativa pra transpor esse quadro torna-se indispensável o reconhecimento da desconstrução de normas e regras que estes novos sujeitos fazem de si visto que trazem novos rumos para as práticas jurídicas, legais, estatais, familiares etc. porque desestabilizam a fixação das explicações que tanto enunciaram nos discursos desses lugares. As trans questionam o que é considerado normal para uma identidade? Qual o lugar ocupado no mundo por elas? Que corpo elas habitam? Pode-se, portanto, questionar o porquê de haver a normalização dos seres humanos enquanto sujeitos de determinada sexualidade como sendo constituídos apenas de sua materialidade biológica, conseqüentemente, dotados de lugares e funções estabelecidos através de regimes de verdade.

Considerando que as relações sociais que os sujeitos desenvolvem com a sociedade e com os Outros são permeadas de poder diante dessa nova conjuntura de necessidades das trans entendemos oportuna e estratégica a desconstrução de modos de estigmatização delas que se faz valer em contextos enunciativos.

[...] é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1988, p. 33-34).

A subversão também é possível, pois Foucault (1985, p. 91) afirmou que onde há poder, há resistências “[...] possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício [...]”. Dessa maneira, o discurso de resistência também pode ser visto pela forma como as trans renunciam aos discursos de demarcação biológica de seu corpo como pertencente apenas ao gênero masculino. Assim, contrariar o modelo de subjetivação heteronormativa pretensa na estabilização do corpo do homem à masculinidade também é vista como um modo de resistir.

TRANS: QUE IDENTIDADE É ESSA?

Mesmo que os corpos carreguem em si o peso da normatividade o corpo das trans evidencia a resistência a um processo de subjetivação homogêneo que se forja no contexto da heteronormatividade. De acordo com Peres (2009, p. 238) ancorado nos estudos de Deleuze e Guattari existem dois processos de subjetivação: o singular e o normatizado. Pensando nas trans, o autor pontua que

[...] conforme observações etnográficas realizadas por nós, assim como por outros autores, iremos encontrar um mix de subjetivação em que ora as travestis se mostram extremamente revolucionárias e criativas, ora se mostram normatizadas, reproduzindo modelos familiaristas, burgueses, patriarcalistas e heterossexistas expressando desejos e discursos de submissão e passividade diante da figura masculina – pai, cliente, marido.

Com isso mesmo as identidades se produzindo e se construindo ainda podemos notar a existência de modelos sutis de normatização do corpo estabelecidas em formas de subjetivação daqueles considerados infames. No entanto vale salientar que a proposta de entendimento da identidade calcada neste estudo a percebe como incompleta, transitória e situada na busca por novas articulações de si com o Outro (HALL, 2006). Encontra-se nos Estudos Culturais uma proposta de libertar-se de identidades e posições fixadas que nomeiam corpos e sexualidades instituindo regimes de “verdadeiros” homens e mulheres como demarca o determinismo biológico.

Pela via dos Estudos Culturais entende-se que a condição de incompletude das identidades, de acordo com Hall (2006), compreende a identidade por três concepções de sujeitos: o primeiro representado por aquele do iluminismo, entendendo-o como totalmente centrado e unificado; o

segundo como sociológico, não sendo nem autônomo e tampouco autossuficiente, mas formado por mundos culturais externos. Já no último, o sujeito não tem uma identidade fixa e permanente. Assim, a “[...] descontinuidade, abertura e incompletude das identidades” (HALL, 2006, p. 17) as tornam instáveis e, como visto, abertas a novas articulações de si com os Outros e distintas orientações.

A produção das identidades está em constante processo de (des) construção de si que o sujeito faz. Nesse sentido as trans são entendidas como pessoas que convivem com uma identidade de gênero que “[...] é uma construção social e discursiva em constante elaboração e transformação” (CORACINI, 2007, p. 17). Torna-se impossível entendê-las como pertencente apenas à identidade heteronormatizada visto constituírem “[...] um gênero ambíguo, borrado, sem limites e separações rígidas” (BENEDETTI, 2005, p. 131) que se faz a partir da interação realizada nos contextos relacionais e sociais dos quais elas fazem parte já que “[...] somos sempre ditos pelo outro, pelo olhar do outro que se faz verdade” (CORACINI, 2007, p. 49).

Com efeito, os sujeitos que compõem os contextos relacionais das trans também possuem valor na leitura que fazem de si principalmente porque a identidade é perturbadora e provisória (HALL, 2006). A constituição identitária das trans está em processo de articulação com: “[...] ficção, imagens que constituem o imaginário do sujeito – como ele se vê e acredita ser visto – construindo, assim, a sua identidade, ou melhor, os momentos de identificação que permitem a ilusão da permanência de uma certa identidade” (CORACINI, 2007, p. 23).

Seguindo o pensamento de Coracini (2007) acreditamos que as trans que se tornam normatizadas vivem um processo de articulação de si com o que é dito pelo outro, ou melhor, pela forma como o Outro a vê. Assim, as trans recebem desse processo de interação com a formação discursiva do Outro “[...] parte importante da sua identidade já que é ela que vai de certa forma, definir as relações de poder e a partir daí o que pode e deve ser dito, onde, quando, de que modo, etc.” (CORACINI, 2007, p. 23).

A falta de inteireza que as identidades sentem no processo de subjetivação é articulada com a maneira como acreditam ser vistos pelo olhar do Outro. Consequentemente, a identidade “[...] surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir nosso exterior, pelas formas através das

quais nós imaginamos serem vistas por outros” (HALL, 2006, p. 39, grifos do autor).

Para ilustrar a relevância do acontecimento e do contexto social para a constituição de sentidos pelo sujeito recorremos a Orlandi (2012) para entender que estes fatores são imprescindíveis para valorar os discursos. No processo de enunciação, as circunstâncias vão definindo a presença de imagens que, uma vez acionadas pela memória, mobilizam “[...] um dizer que remete a sentidos cuja memória os filia a discursos” de determinada representação (ORLANDI, 2012, p. 41). Em consequência disso, a representação negativa fortalecida sobre os imaginários sociais de que as trans são pessoas que desrespeitam a moralidade das normas determinadas para seu corpo de macho refletem as imagens cristalizadas em sociedade.

De certo modo, acentua-se que o corpo das trans como identidade também se constitui no discurso. Dessa forma, para definir a diferença é preciso levantar todos os critérios e atributos que instituem o normal. No entanto, há que se ressaltar que a definição da diferença, de acordo com o Silva (2005), é determinada a partir daquilo que eu afirmo em mim como normal, na interlocução com aquilo que eu defino como pertencente ao Outro. A partir dessa compreensão, subentende-se que identidade e diferença são inseparáveis.

Eventualmente, os vários lugares que fazem parte das relações das trans têm a sua importância para a constituição de si. Da mesma forma os espaços são constituídos de sujeitos que possuem múltiplas identificações significadas sobre o corpo das trans oferecem acesso aos fios que “[...] vão se entrelaçando e construindo a rede complexa e híbrida do inconsciente e, portanto, da subjetividade” (CORACINI, 2007, p. 61). No processo de constituição do enunciado ressalta-se que a constituição da identidade é atravessada por várias fontes discursivas que determinam como uma sociedade entende um sujeito tentando fixar características que classificam um modo de identificá-lo. Esses fragmentos ditam o enunciado criado sobre as trans no contexto social posto que “[...] na medida em que se internaliza um traço que ele se faz corpo no corpo do sujeito que ele se faz presente, imperceptível, mas real, no real do inconsciente permitindo identificações” (CORACINI, 2007, p 59).

Como somos ditos pelo Outro cabe refletir sobre como os Outros estão dizendo sobre as travestis. Enaltecer essa discussão promove o deslocamento de vários locais (família, escola, Igreja, Estado) que intentam instaurar, em suas práticas sociais, ações de discriminação, preconceito e intolerância.

Tomando como referência o espaço da escola pode-se mencionar que o cotidiano de estudantes trans é mapeado de situações vexatórias que tentam impor um modelo de subjetividade corretiva do corpo e da orientação sexual delas.

As tensões advindas dos contextos escolares no reconhecimento de corpos trans impõem uma autorrepresentação que vai associando uma base imaginária de si que paira ora sobre a internalização da homofobia (JUNQUEIRA, 2009), naturalizando o preconceito vivido, ora compondo cenas de negação de si (LOURO, 1999). Assim, o processo de subjetivação é constituído de um campo de tensões e conflitos que

[...] dependendo, por exemplo, de como se delineiam as possibilidades de reconhecimento (entendido como aceitação e auto-aceitação) das diversas orientações sexuais e identidades de gênero, jovens e adolescentes poderão preferir atribuir-se ora uma ora outra identidade, inventar outras, recusar todas, ou aprofundar-se em um angustioso silêncio. Não surpreende que muitos poderão auto designarem-se “heterossexuais” mesmo quando mantiverem quase somente relações homoeróticas (JUNQUEIRA, 2009, p. 33).

Nesse sentido, a tensão frequente estabelecida no cotidiano faz com que formas de subjetivação sejam silenciadas ou mascaradas para que se consiga alcançar a aprovação do Outro no convívio escolar. Ademais, o convívio com a heteronormatividade nas escolas é atravessado de silêncios que se constituem em acontecimentos complicados que formalizam o ocultamento da identidade real (GOFFMAN, 1988), ou seja, sob o olhar das práticas de homofobia ocorre uma retenção das expressões sexuais e de suas corporalidades para evitar possíveis contextos turbulentos de violência e tratamento hostilizantes.

Em virtude disso esse tratamento de silêncio das trans nas escolas pode ser um instrumento de tecnologia política do poder (FOUCAULT, 1987) uma vez que o silenciamento de si e a naturalização das práticas de homofobia presentes em piadas e agressões definem as práticas de vigilância da operação do corpo (FOUCAULT, 2005). Os corpos nas escolas são submetidos a uma linha de demarcação entre o permitido e o proibido e, com isso, as práticas escolares tentam estabilizar velhas identidades (HALL, 2006).

O exercício de naturalização das identidades atravessa os discursos de práticas escolares porque a identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma

identidade, mas simplesmente como a identidade" (SILVA, 2005, p. 83, grifos do autor). Frente ao exposto, entendem-se as práticas escolares como dotadas de sentidos visto que elas são permeadas de dizeres que, conscientes ou não, resvalam os sentidos construídos pelos sujeitos nas interações que estabelecem com o contexto social e cultural. Assim, como a identidade heteronormativa é vista como única, se a escola insiste em permanecer na instituição dela como autêntica, Hall (2006, p. 12) diz que o sujeito dessa perspectiva é o sociológico e, por assim dizer, a prática escolar "[...] estabiliza tantos os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente unificados e predizíveis".

Apesar das tentativas de engessamento que se instauram sobre as identidades dizíveis, para Bauman (2005) a identidade pode ser percebida como negociável e revogável. Assim, para o autor as identidades “[...] flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p. 19). A propósito disso, as trans vivem esse processo de subjetivação dado pela formação identitária criada pelos outros na articulação com o modo como elas se compreendem fazendo com que a desidentificação seja fator principal dessa negociação identitária.

A resistência ao poder instituído pela heterossexualização compulsória do corpo trans se faz necessária na medida em que os instrumentos de disciplina que permeiam os dizeres sobre elas se fazem constantes no cenário social. Assim, o discurso de sexualidade se vê ameaçado frente às cobranças que estas pessoas (estudantes trans) impõem à sociedade, ao poder público e às relações sociais. Vale destacar que mesmo que os processos insistam em instituir identidades as estruturas das identidades permanecem abertas a novas articulações (HALL, 2006) que produzem sujeitos orientados por outros sentimentos, ilusões, visões de mundo, etc.

Por mais que o sujeito viva no contexto da ilusão de plenitude (HALL, 2006) esse elemento transitório que oferece a sensação de unidade e de diferença afirma o caráter descontínuo de si e, assim sendo, ao (re) afirmarem a representação que fazem de si, as trans trazem “[...] fragmentos que fizeram parte de sua constituição, fragmentos que, por vezes, denunciam recalques, inibições, sofrimentos que se deseja em vão apagar” (CORACINI, 2007, p. 23). Ao normatizarem-se, esses sujeitos demonstram os sofrimentos do

convívio com o corpo diferente já que residem assim as dificuldades em ter o sentimento de uma identidade “resolvida” e “plena” (HALL, 2006).

Diante desse contexto de análise, afirma-se o caráter transitório, inacabado e de celebração móvel (HALL, 2006) das identidades. Entender a identidade sob essa perspectiva pressupõe a desconstrução da naturalização das formas se reconhecer e classificar os indivíduos entendendo assim que esses processos que dicotomizam não são capazes de explicar as corporalidades trans. Nesse sentido, destaca-se o modo como estas identidades são acolhidas no ambiente escolar, posto que as práticas escolares se concretizam no fazer discursivo em que as múltiplas formas de discursos sociais sobre elas atravessam os dizeres de professores, de educadores, de auxiliares, etc.

Em contraste com as perspectivas aqui analisadas de identidades acredita-se oportuno não trazer definições sobre as travestilidades porque se compreende impossível caracterizar em um único conceito as expressões que as travestis fazem de si porque os próprios sujeitos ambicionam e desejam a permanência em certos contextos de identificação que, devido à multiplicidade destas expressões, o discurso não consegue captar; no entanto, ainda é possível encontrar meios de identificação destas em discursos sociais de preconceito e de discriminação.

A INTERAÇÃO ENTRE AS TRANS E OS OUTROS NAS ESCOLAS

Frente às dificuldades que as identidades trans encontram para se constituir em ambiente escolar Junqueira (2009) afirma que estudantes LGBT vivem processos de invisibilidade que os submetem a contextos que historicamente configuram uma das mais esmagadoras formas de opressão. Mesmo que esse quadro de invisibilidade traga experiências negativas para estudantes LGBT pode ser observado que a escola ainda é um espaço potencial de desconstrução e subversão da homofobia.

O efeito da resistência ao poder da heteronormatividade ocorre na medida em que as ações da escola problematizam as necessidades de seus estudantes. Estas necessidades precisam ser respeitadas pela escola para que esta não se torne um ambiente cujas práticas desconsiderem ou negligenciem a vivência dos estudantes possibilitando assim que ela se torne um lugar de acolhimento dessas identidades o que vem ao encontro da necessidade de a escola reverter a ideia de ser a “[...] escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal orientada por tecnologias sofisticadas de poder centradas na disciplina dos corpos e na

regulação dos prazeres” (PERES, 2009, p. 249). Objetiva-se empreender, com isso, que quanto “[...] mais enrijecidos e cristalizados forem os valores norteadores dos programas de ensino, quanto mais reguladoras forem as atividades formadoras, mais reificação de desigualdades, discriminação e exclusão social será estabelecida” (PERES, 2009, p. 251).

Em Bauman (2005) para que as identidades se fortaleçam é preciso que elas sintam o envolvimento e pertencimento a algum espaço. Porém, se as estudantes trans convivem com um ambiente cristalizador de discurso naturalizador pode-se observar que este espaço para elas é representado de modo negativo refratando em desistências o que pode culminar no “[...] abandono dos estudos ou a expulsão da escola, o que conseqüentemente contribui para a marginalização, pois bem sabemos da importância dada aos estudos e à profissionalização em nossa sociedade” (PERES, 2009, p. 245).

Deve-se acentuar que a escolaridade é um direito que também passa pela plenitude do acesso que corrobora com um ambiente tranquilo e potencializador do desenvolvimento autônomo de qualquer estudante independente de sua condição. No entanto, se este ambiente for agressivo e hostilizante as estudantes podem não encontrar nele formas de superação de desigualdades, mas meios de exclusão e conformação com processos estigmatizantes.

Neste contexto, os conceitos de infâmia e de anormalidade estão presentes, por exemplo, dada à demarcação negativa de suas imagens, imersas em ações de exclusão no ambiente escolar e, assim, o “desrespeito” às regras morais e do corpo faz com que seja “[...] paulatinamente estabelecido todo um sistema de depreciação e desvalorização que leva a pessoa a se inferiorizar, perder a autoestima e aceitar toda a imposição dos estigmas” (PERES, 2009, p. 238).

Nesta perspectiva, para que as trans se sintam acolhidas em ambiente escolar é preciso que as práticas discursivas e de poder reconheçam suas expressões corporais de sexualidades e desconstruam o alinhamento do corpo ao sexo, ao gênero e às práticas sexuais instituídas a partir da naturalização da essência de uma suposta natureza do homem e da mulher. Inspirados em Foucault (2003) resta-nos problematizar e agir para que se desconstruam também os discursos de infâmia e de anormalidade que instituem a escuridão no corpo travesti para que elas possam ter acolhimento e pertencimento ao ambiente escolar como um fator que propicia que suas identidades sejam

reconhecidas bem como convivam com outras possibilidades de ser e estar em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender como se produzem as identidades trans no contexto das práticas escolares e da própria escola consiste numa análise fundamental para investigar o contexto em que estão se produzindo identidades trans que se fazem valer (ou são estigmatizadas) no processo de interação com o Outro (comunidade escolar, familiar, etc.). Nesse processo, critica-se a presença de enunciados que intentam a recuperação e correção dos corpos uma vez que a subjetivação das trans está contida em enunciados normatizados de heterossexualidade.

Desse modo, coerentes com um projeto de reconhecimento das identidades trans em ambiente escolar, defende-se que as práticas educativas empreitadas desvinculam-se da ritualização das práticas escolares que têm o discurso naturalizador como princípio de classificação dos papéis sociais de gênero estabelecidos uniforme e homogeneamente para meninos e meninas. Com isso, a interdição do discurso binário de sexualidade (macho e fêmea) precisa considerar estas sexualidades que nos convocam a assumir outras posturas de reflexão que não sejam engessad(ora)s.

A desconstrução do discurso de subjetivação normatizadora da sexualidade parte da resistência e expressa a dificuldade em assumir disposições favoráveis à diversidade sexual visto que há contextos sociais, culturais e econômicos que serão atingidos com esta possibilidade. No entanto, é preciso que esta resistência seja trabalhada em processos de formação inicial e contínua para desconstruir o discurso heteronormativo inserido nas práticas escolares uma vez que essa desconstrução só é possível se os profissionais estiverem dispostos a compreender estas novas identidades que estão se ambientando nas escolas.

Outra perspectiva relevante é como os discursos de infâmia e de anormalidade edificam a formação identitária sobre as trans e refratam sujeitos nos acessos oferecidos pelas instituições sociais. Numa sociedade em que elas estão comparecendo nas cenas relacionais não pode haver coerência epistemológica, social e efetiva nas possibilidades de interlocução com uma proposta escolar convencional e de identidades estabilizadas. Não se trata de negar que a escola deva ser um espaço em que é preciso ter regras de convivência, mas que estas regras não invalidam o nível representativo de si

como se a expressão que se faz do corpo como algo que pode ser discriminado pelo Outro cuja relação é importante para constituição que se faz de si. Diante disso, as reflexões formuladas neste texto tiveram a pretensão discursiva de desconstruir e abalar as normatividades presentes em discursos e práticas sociais para problematizar o contexto do reconhecimento identitário de estudantes trans nas escolas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENEDETTI, M. R. *Toda feita: o corpo e gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BUTLER, J. *Corpos e matéria: sobre os limites discursivos dos sexos*. New York: Routledge, 1993.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

_____. Discurso e escritura: entre a necessidade e a impossibilidade de ensinar. In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. (Orgs.). *A escritura de si e alteridade no espaço no papel tela*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 17-50.

_____. Entre a memória e o esquecimento: fragmento de uma história de vida. In: CORACINI, M. J. R.; GHIRALDELO, C. M. (Orgs.). *Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade, formação de professores (língua materna e estrangeira), leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 2011. p. 23-74.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

_____. *A vida dos homens infames*. In: _____. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Microfísica do poder*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Os anormais*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOFFAMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas. In: POCAHY, F. A. *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Porto Alegre: Nuances e NUPSEX 2010.

_____. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 85-94.

PERES, W. S. Cenas de exclusão anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 235-264.

_____. Travestis, escolas e processos de subjetivação. *Revista Instrumento, Juiz de Fora*, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <<

<https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/viewFile/935/798>>>. Acessado em: 15 de agosto de 2015.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 73-102.

SOUZA FILHO, A. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: fraude, ideologia ou preconceito. In: JUNQUEIRA, R. D. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 95-124.

Recebido em 31/05/2016

Aprovado em 04/10/2016